



**PREFEITURA DE SÃO MATEUS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº. 18.485 DE 28 DE JANEIRO DE 2026**

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS BUSCAS PESSOAIS E DOMICILIARES, NO ÂMBITO DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES, REGULAMENTA O USO DE ALGEMAS PELA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES, EM CONFORMIDADE COM A SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, O DECRETO FEDERAL Nº 12.341/2024, A PORTARIA MJSP Nº 855/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Considerando** o Processo Administrativo nº 23988/2025;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar os procedimentos de busca pessoal e domiciliar realizados pela Guarda Municipal, em respeito aos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** que a legislação federal determina que os órgãos de segurança pública estabeleçam protocolos específicos para garantir transparência e controle no uso da força e nas ações que envolvam restrição de direitos fundamentais;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 6º, inciso X, do Decreto Federal nº 12.341/2024, que impõe aos órgãos de segurança pública a regulamentação do uso de algemas;

**CONSIDERANDO** os arts. 18 e 19 da Portaria MJSP nº 855/2025, que determinam a edição de atos normativos e procedimentos padronizados para o uso de algemas;

**CONSIDERANDO** a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece critérios objetivos e restritivos para o emprego de algemas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a proteção dos direitos fundamentais, a proporcionalidade no uso da força e a segurança dos agentes e da sociedade;

**O PREFEITO DE SÃO MATEUS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 107, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Federal nº 13.060/2014, o Decreto Federal nº 12.341/2024 e a Portaria MJSP nº 855/2025,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a realização de buscas pessoais e domiciliares pelos integrantes da Guarda Municipal de São Mateus/ES, assegurando respeito aos direitos fundamentais e conformidade com as normas federais, regulamenta o uso de algemas pelos



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

...continuação do Decreto Municipal nº 18.485/2026

integrantes da Guarda Municipal de São Mateus/ES, observados os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, razoabilidade, transparência e dignidade da pessoa humana.

**Art. 2º** Toda busca pessoal ou domiciliar deverá ser orientada pelos princípios da necessidade, legalidade, proporcionalidade, publicidade, transparência e preservação da dignidade da pessoa humana.

## CAPÍTULO II

### DA BUSCA PESSOAL

**Art. 3º** A busca pessoal somente poderá ser realizada em situações que envolvam:

I – fundada suspeita de porte de arma, droga, objeto ilícito ou perigoso;

II – risco à segurança do agente ou de terceiros;

III – cumprimento de dever legal de prevenção e preservação da ordem pública.

**Art. 4º** O procedimento de busca pessoal observará os seguintes requisitos:

I – o agente deverá informar ao indivíduo os motivos da busca e seus direitos;

II – a busca deverá ser realizada de forma respeitosa, preservando a dignidade, intimidade e integridade da pessoa;

III – mulheres somente poderão ser revistadas por guardas femininas, salvo em situações de risco iminente;

IV – deverá ser registrado, em relatório próprio, o motivo da abordagem, a identidade do revistado (quando possível) e o resultado da busca.

## CAPÍTULO III

### DA BUSCA DOMICILIAR

**Art. 5º** A busca domiciliar realizada pela Guarda Municipal dependerá de:

I – mandado judicial, salvo em casos de flagrante delito;

II – consentimento livre e voluntário do morador, devidamente formalizado em termo escrito ou registrado em meio audiovisual;

III – observância dos princípios da necessidade, proporcionalidade e legalidade.

**Art. 6º** O consentimento para busca domiciliar deverá:

I – ser manifestado de forma clara e inequívoca, livre de qualquer coação;

II – constar em termo específico, assinado pelo morador e pelos agentes presentes, descrevendo os motivos da diligência;

III – ser registrado em relatório, acompanhado das justificativas legais e circunstanciais.

## CAPÍTULO IV

### DO REGISTRO E CONTROLE

**Art. 7º** Toda busca pessoal ou domiciliar deverá ser registrada em relatório padronizado, contendo:

I – identificação dos agentes envolvidos;

II – motivo da busca;

III – identidade do abordado ou do morador (quando possível);



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

...continuação do Decreto Municipal nº 18.485/2026

IV – circunstâncias da ocorrência;

V – resultado da busca.

**Art. 8º** A Corregedoria da Guarda Municipal será responsável por monitorar, fiscalizar e apurar eventuais abusos ou irregularidades decorrentes da realização de buscas pessoais ou domiciliares.

**Art. 9º** A Ouvidoria Municipal atuará como canal de recebimento de denúncias, reclamações ou representações da sociedade sobre buscas indevidas, encaminhando-as à Corregedoria.

## CAPÍTULO V

### DO USO DE ALGEMAS

**Art. 10** O uso de algemas é medida excepcional, admitida somente nas hipóteses em que:

I – houver resistência ativa ou risco concreto de fuga;

II – houver perigo à integridade física do próprio custodiado, de terceiros ou do agente público;

III – tratar-se de preso de alta periculosidade ou em deslocamento para audiência, transporte ou escolta;

IV – a situação indicar risco iminente à ordem pública ou à preservação da vida.

## CAPÍTULO VI

### DA JUSTIFICATIVA E DO REGISTRO

**Art. 11** Toda utilização de algemas deverá ser acompanhada de justificativa escrita, elaborada pelo responsável pela ocorrência, contendo:

I – identificação do agente que realizou o procedimento;

II – identificação do custodiado, quando possível;

III – descrição objetiva da situação que motivou o uso das algemas;

IV – indicação da autoridade comunicada sobre o fato.

**Art. 12** O relatório ou registro circunstanciado deverá ser encaminhado à Corregedoria da Guarda Municipal no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para fins de controle e fiscalização.

## CAPÍTULO VII

### DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS (POPs)

**Art. 13** A Guarda Municipal elaborará Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) sobre o uso de algemas, que deverão contemplar:

I – critérios objetivos para aplicação da medida, nos termos deste Decreto e da Súmula

Vinculante nº 11 do STF que estabelece critérios ao uso de algemas para aplicação da medida de algemação;

II – regras claras sobre busca pessoal e condução de pessoas algemadas;

III – orientações sobre atendimento humanizado e preservação da dignidade e integridade da pessoa abordada ou custodiada;

IV – protocolos de comunicação imediata ao Comando e de elaboração de relatório



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

...continuação do Decreto Municipal nº 18.485/2026

circunstanciado;

V – procedimentos de supervisão, fiscalização e responsabilização em caso de uso abusivo.

**Art. 14** Os POPs terão caráter vinculante para todos os integrantes da Guarda Municipal, devendo ser objeto de treinamento inicial e reciclagem periódica.

## CAPÍTULO VIII

### DO CONTROLE E DA RESPONSABILIZAÇÃO

**Art. 15** A Corregedoria da Guarda Municipal será responsável por fiscalizar a aplicação deste Decreto, instaurando procedimento administrativo em caso de indício de uso abusivo, inadequado ou injustificado de algemas.

**Art. 16** A Ouvidoria Municipal atuará como canal de participação social, recebendo denúncias, reclamações ou representações da sociedade relacionadas ao uso de algemas e encaminhando-as à Corregedoria.

**Art. 17** O uso irregular ou abusivo de algemas implicará responsabilidade administrativa, civil e penal do agente, nos termos da legislação vigente.

## CAPÍTULO IX

### DOS FORMULÁRIOS E REGISTROS

**Art. 18** Ficam aprovados os seguintes modelos padronizados, constantes em anexo a este Decreto:

I – Relatório de Busca Pessoal;

II – Termo de Consentimento para Busca Domiciliar;

III - Formulário de Comunicação à Corregedoria.

**Art. 19** O preenchimento e encaminhamento dos relatórios e formulários previstos são de caráter obrigatório, devendo ser realizados até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

## CAPÍTULO X

### DA CAPACITAÇÃO

**Art. 20** A Supervisão e Coordenação de Ensino da Guarda Municipal será responsável por incluir em seus cursos de formação e reciclagem conteúdo específico sobre:

I – técnicas de busca pessoal e domiciliar;

II – limites legais e constitucionais do uso de algemas;

III – preenchimento adequado de relatórios e registros;

IV – atendimento humanizado e preservação dos direitos fundamentais.

## CAPÍTULO XI

### DO CONTROLE E SUPERVISÃO

**Art. 21** A Corregedoria da Guarda Municipal deverá acompanhar e avaliar os relatórios encaminhados, instaurando procedimento administrativo sempre que houver indícios de irregularidade.



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

...continuação do Decreto Municipal nº 18.485/2026

**Art. 22** A Ouvidoria Municipal atuará como canal oficial de comunicação da sociedade, devendo encaminhar à Corregedoria todas as manifestações recebidas.

## CAPÍTULO XII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23** A Secretaria Municipal De Defesa Social editará normas complementares necessárias à execução deste Decreto, inclusive manuais, formulários e modelos de relatórios que se fizerem necessários.

**Art. 24** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Mateus, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte seis (2026).



**MARCUS AZEVEDO BATISTA**  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

...continuação do Decreto Municipal nº 18.485/2026

## ANEXO I –

### RELATÓRIO DE BUSCA PESSOAL

GUARDA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES

### RELATÓRIO DE BUSCA PESSOAL

- Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Hora: \_\_\_\_\_
- Local: \_\_\_\_\_

#### **Dados do abordado (quando possível):**

- Nome: \_\_\_\_\_
- RG/CPF: \_\_\_\_\_
- Endereço: \_\_\_\_\_

#### **Motivo da abordagem e busca pessoal:**


#### **Agente responsável pela busca:**

- Nome: \_\_\_\_\_
- Matrícula: \_\_\_\_\_

#### **Resultado da busca:**

- ☐ Nada encontrado
- ☐ Objeto ilícito apreendido (especificar)
- ☐ Arma / munição
- ☐ Entorpecente
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

**Assinatura do agente:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do abordado (quando possível):** \_\_\_\_\_



# PREFEITURA DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DO PREFEITO

...continuação do Decreto Municipal nº 18.485/2026

## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA BUSCA DOMICILIAR

GUARDA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES

### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA BUSCA DOMICILIAR

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente no endereço \_\_\_\_\_, **DECLARO VOLUNTARIAMENTE** que **AUTORIZO** a entrada dos agentes da Guarda Municipal de São Mateus/ES em minha residência para realização de **busca domiciliar**, conforme solicitação apresentada.

Declaro que presto o presente consentimento de forma **livre, consciente e sem coação**.

São Mateus/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Morador

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos Agentes